



**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO OGE/LAI nº 101/2021  
**Número de referência:** PROTOCOLO SIC [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão

**UNIDADE:** Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Solicitação de informações sobre imunização dos servidores do Instituto. Adequado atendimento da demanda. Provimento negado.

**DECISÃO OGE/LAI nº 101/2021**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE, conforme consta do Protocolo SIC em epígrafe, para solicitação de informações sobre imunização dos servidores do Instituto.
2. Em resposta e em recurso, mesmo não sendo objeto da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação-LAI), o órgão atendeu ao pedido do interessado. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto estadual nº 61.175 de 18 de março de 2015.
3. Na análise do caso, verifica-se que o ente atendeu a demanda inicial, respondendo os questionamentos formulados pelo solicitante, mesmo não se tratando de pedido inerente à Lei de Acesso à Informação - LAI, que garante ao cidadão o acesso à informação contida em registros ou documentos produzidos ou acumulados pelo Poder Público, em conformidade com o previsto no artigo 11 da referida Lei federal nº 12.527/2011.
4. Nesse sentido, cabe salientar que a Ouvidoria Geral do Estado e a Controladoria Geral da União possuem entendimento já firmado, asseverando que "*a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato*". (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S.).
5. À vista do exposto, tendo o ente atendido adequadamente ao pedido do interessado, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego seu provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II e § 4º c/c artigo 22 da citada Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses

Classif. documental	006.03.02.001
---------------------	---------------

**Governo do Estado de São Paulo**

Secretaria de Governo

Ouvidoria Geral do Estado



- recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 10 de março de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel  
Ouvidor Geral do Estado  
Ouvidoria Geral do Estado